

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: A privatização da Eletrobrás 3

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Bandeira tarifária será verde em fevereiro.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Leilão de petróleo prevê arrecadação mínima de R\$ 4,8 bi	2
Título: Conta de luz se mantém sem tarifa extra em fevereiro	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: A privatização da Eletrobrás	3
Título: O fim da ficção econômica.....	5
Título: Valor de mercado da Petrobrás volta a superar patrimônio líquido	6
Título: Petrobrás fecha captação externa de US\$ 2 bilhões	8
Título: MPF impede que Petrobrás desmonte fábrica de fertilizantes em MG	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Novo leilão do pré-sal	10
Título: Preço da gasolina volta a subir no DF	11
Título: Energias renováveis	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Bandeira tarifária será verde em fevereiro**

Nível é igual ao de janeiro e não implica cobrança extra na conta de luz.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que as contas de luz terão bandeira verde em fevereiro. Com isso, não haverá adicional na tarifa. A bandeira é a mesma que vigorou em janeiro.

A manutenção da bandeira verde foi possível em razão do aumento das chuvas nas últimas semanas que ajudaram a recuperar o nível dos reservatórios das hidrelétricas.

"O acionamento desta bandeira indica a manutenção das condições favoráveis de geração hidrelétrica no Sistema Interligado Nacional. Apesar da bandeira verde, é importante que os consumidores mantenham as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício de energia elétrica" disse a Aneel, em nota.

As bandeiras sinalizam o custo real da energia gerada. Quando chove menos, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios e é preciso acionar mais termelétricas para garantir o suprimento de energia. Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, de acordo com o custo de operação das termelétricas acionadas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Reuters****Título: Leilão de petróleo prevê arrecadação mínima de R\$ 4,8 bi**

A ANP (Agência Nacional do Petróleo) publicou nesta sexta-feira (26) os editais e os modelos de contratos de concessão da 15ª rodada de licitações de blocos exploratórios, sob regime de concessão, prevista para 29 de março.

Serão ofertados 70 blocos nas bacias sedimentares marítimas de Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Campos e Santos e nas bacias terrestres do Parnaíba e do Paraná, totalizando 95,5 mil quilômetros quadrados de área.

Os bônus de assinatura mínimos exigidos por todos os blocos somam R\$ 4,8 bilhões, segundo o edital, incluindo uma única área na bacia de Santos, que será oferecida por quase R\$ 2 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Conta de luz se mantém sem tarifa extra em fevereiro

As contas de luz dos brasileiros seguirão com bandeira tarifária verde em fevereiro, o que não gera cobranças adicionais dos consumidores, decidiu a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta sexta-feira (26).

O mecanismo tarifário eleva o custo da eletricidade em momentos de escassez de geração no sistema, quando são acionadas as bandeiras amarela ou vermelha.

Segundo a Aneel, a bandeira verde vista em janeiro continuará em vigor no próximo mês devido à "manutenção das condições favoráveis de geração hidrelétrica".

Especialistas têm previsto a possibilidade de a bandeira tarifária seguir verde ao longo de todo o primeiro trimestre, em meio a um regime de chuvas positivo na região dos reservatórios hidrelétricos desde o final de 2017.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: A privatização da Eletrobrás

O que o modelo especial de transferência do controle da Eletrobrás para o setor privado proposto pelo governo federal tem de inovador em relação às privatizações anteriores – e por isso merece análise especial – pode ser também uma das principais fontes de resistências à sua implementação. Num gesto interpretado como a reafirmação de sua disposição de modernizar o Estado e criar condições para o florescimento da economia sob o regime de competição também na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o presidente Michel Temer enviou ao Congresso projeto fixando as regras para a desestatização da empresa líder do setor elétrico estatal. Trata-se da privatização de uma estatal, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), que se tornou, com a Petrobrás, símbolo do nacionalismo estatista que, influente no Brasil na metade do século passado, ainda encanta grupos políticos. A criação

da Eletrobrás foi proposta em 1954 – um ano depois da criação da Petrobrás – e formalizada em 1961.

A principal regra contida no projeto do governo estabelece que a transferência do controle da Eletrobrás será feita por meio de aumento do capital social mediante subscrição pública – processo do qual a União não participará – e da venda diretamente ao mercado de ações de propriedade da União ou de empresa por ela controlada direta ou indiretamente, de modo que, com a diluição da participação estatal, o capital privado se tornará predominante. No caso da venda de ações de propriedade da União, o dinheiro arrecadado irá para o Tesouro, não para o caixa da Eletrobrás. Também empresas controladas pelo governo que tenham ações da Eletrobrás poderão vendê-las no mercado. Para promover a desestatização, a União poderá conceder, pelo prazo de 30 anos, novas outorgas de concessões de geração de energia elétrica de titularidade ou controle direto ou indireto da Eletrobrás, segundo determinadas condições. Complementarmente, o projeto limita a 10% o poder de voto de cada acionista e veda a realização de acordos entre acionistas que resultem em formação de blocos com mais de 10% do capital votante.

De acordo com a exposição de motivos assinada pelos **ministros de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, o porcentual está “alinhado com os outros exemplos de corporações do mercado de capitais brasileiro”. Além disso, o limite de participação no capital votante – que estimula a democratização do capital da empresa – deve impedir que a Eletrobrás seja dominada por um operador já estabelecido no setor, o que poderia resultar em concentração de mercado e restrições à competição. A União terá direito a uma ação preferencial de classe especial (golden share), que lhe assegurará o poder de vetar propostas de liquidação, de mudança de sede, objeto ou denominação da empresa e de suas subsidiárias.

Também terá assegurado um assento no conselho de administração da Eletrobrás privatizada. A expectativa do governo é de que a tramitação do projeto no Congresso seja rápida. Mas já há sinais de dificuldades que o Planalto terá de superar para que a privatização da Eletrobrás ocorra do modo e no prazo esperados. A primeira delas é de natureza judicial. A Medida Provisória n.º 814, de 28 de dezembro de 2017, teve suspenso o artigo que retira da legislação do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobrás e suas controladas. A suspensão foi decidida por um juiz federal de Pernambuco e mantida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região. Recursos da Advocacia-Geral da União e da Câmara dos Deputados ao Supremo Tribunal Federal aguardam julgamento. No plano político, o provável relator do projeto na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) – que já presidiu a Companhia HidroElétrica do São Francisco (Chesf) –, já disse que, na forma

proposta pelo governo, a privatização da Eletrobrás é “inaceitável”. Espera-se que o bom senso prevaleça no exame do tema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: O fim da ficção econômica

No final de 2016 a Petrobrás acabou com a ficção econômica e inaugurou a política de preços dos combustíveis baseada nas tendências do mercado internacional. Era o fim de um longo ciclo em que essa política foi dedicada a atender aos interesses populistas do governo do PT.

Do seu início até os dias atuais a nova política de preços passou por duas fases. Na primeira, iniciada em outubro de 2016, os ajustes acumularam reduções por causa do movimento de queda do preço do barril de petróleo. Esse cenário incentivou a Petrobrás a estabelecer prêmios elevados e reajustes mensais tendo como um dos objetivos recompor seu caixa, que foi dilapidado no governo do PT com a política de subsídios à gasolina e ao diesel.

Esse prêmio elevado criou, promoveu e incentivou um crescimento significativo das importações de gasolina e diesel por outros agentes do mercado. Finalmente o mercado de combustíveis no Brasil passou a conviver com a liberdade de preços de fato, rompendo de forma clara com a gestão do governo do PT que deixou um buraco no caixa da empresa de US\$ 40 bilhões de dólares, culminando na maior crise financeira da história da Petrobrás.

Em junho de 2017, a Petrobrás aprimorou a sua política de preços, aumentando a frequência dos ajustes dos preços da gasolina e do diesel, transformando-os em quase que diários. A explicação é que os reajustes mensais não haviam sido suficientes para acompanhar a volatilidade crescente da taxa de câmbio e das cotações de petróleo e derivados no mercado internacional.

Com reajustes quase que diários, os preços nas refinarias da Petrobrás passaram a ficar mais próximos dos praticados no mercado internacional. A redução do intervalo de reajustes mostrou maior alinhamento da empresa com as políticas adotadas em países em que o mercado funciona, como é o caso dos Estados Unidos e Europa.

Além disso, vai exigir por parte dos importadores um grau de profissionalismo e competência maior que na primeira fase da política de preços. Isso porque com os reajustes diários o risco de importação aumenta em função dos prêmios terem sido reduzidos.

As importações vão continuar até porque não vemos no horizonte investimentos grandes em refino no País. Haverá uma certa seleção natural em que só os bons conhecedores de trading de combustíveis permanecerão no mercado. Toda essa mudança baseada em regras de mercado só trouxe benefícios para a Petrobrás, importadores, distribuidoras, postos de revenda e consumidores.

Entretanto, essa nova precificação dos combustíveis nas refinarias da Petrobrás vem causando certo desconforto e insatisfação daqueles que estão com saudades e, portanto, querem de volta a velha Petrobrás, que era obrigada a pagar a conta dos aumentos do petróleo. O fato é que vícios antigos costumam a passar.

As estratégias do segmento downstream precisam se adaptar aos novos tempos, sendo necessário que todos os membros da cadeia tenham ciência e responsabilidade no gerenciamento dos seus negócios, seus preços e competitividade, sem culpar os demais por eventualidades.

A revenda, por exemplo, que lida com o consumidor final, pode e deve adaptar seus negócios para garantir ganhos, pela adição de serviços nos postos e investimento em tecnologia destinada a ganho de produtividade. Afinal de contas, a busca de competitividade no mercado livre exige soluções próprias. O fato é que a política de preços adotada pela Petrobrás vem cumprindo o seu papel.

As práticas e regras de mercado contribuirão para reduzir os riscos de variações extemporâneas nos preços futuros de combustíveis e trazer estabilidade ao setor. Não podemos permitir que o Brasil volte a viver um conto baseado numa ficção econômica. Precisamos sim avançar, por exemplo, discutindo uma nova política tributária para o setor de combustíveis, talvez instituindo um imposto único, ao invés dos atuais PIS/Cofins e os ICMS estaduais, que nos parece não estarem em sintonia com os novos tempos.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Karin Sato

Título: Valor de mercado da Petrobrás volta a superar patrimônio líquido

Forte alta das ações da estatal neste início de ano fez preço de ações superar o patrimônio pela 1ª vez desde 2011.

O avanço das ações da Petrobrás neste início de ano já é equivalente ao dobro da média do Ibovespa – principal índice de ações da Bolsa brasileira –, que é de 12%. O papel preferencial acumula ganhos de 24% e o ordinário, de 28%. Com isso, o valor de mercado da Petrobrás, que atingiu ontem R\$ 273,2 bilhões, ficou pela primeira vez acima do patrimônio líquido desde o segundo trimestre de 2011, segundo dados da Economática.

As ações têm sido impulsionadas pelo cenário de forte liquidez global, com elevado interesse por mercados emergentes, e pelas mudanças na gestão da companhia consideradas positivas por investidores. Nos últimos pregões, os papéis subiram com a decisão dos desembargadores do TRF-4 de condenar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os números, que consideram o patrimônio de setembro de 2017, último dado disponível, mostram que, na quarta-feira, dia do julgamento do Lula, o valor de mercado e o patrimônio ficaram equivalentes. Já nesta sexta-feira, a relação entre as cifras atingiu 1,04 – o que indica valor de mercado 4% superior ao patrimônio líquido.

A ressalva é que o patrimônio líquido de referência será alterado quando ficar disponível o dado de dezembro – o que vai ocorrer somente em março. Ao realizar a análise por classe de ação, considerando os papéis ordinários, verifica-se que, na quarta-feira, a relação entre preço e valor patrimonial por ação já havia sido chegado a 1,03. Nesta sexta-feira, o indicador atingiu 1,08.

No caso dos papéis preferenciais, a relação encerrou o último pregão em 0,99, depois de ter atingido 0,96, no dia do julgamento do Lula. Ou seja: se as ações dessa classe subirem na segunda-feira, o valor patrimonial também será superado.

Entre os motivos que levaram as ações da Petrobrás a perdas durante os governos Dilma Rousseff está a prática de preços de combustíveis defasados – essa política só foi alterada em 2016, pelo atual presidente da companhia, Pedro Parente.

Diversos analistas do mercado estão otimistas hoje com a Petrobrás. Relatório do Santander diz que a empresa deve seguir em trajetória de desalavancagem, com resultados operacionais sólidos e geração de fluxo de caixa, com a ajuda da política de preços.

Os investidores também estão atentos ao possível desfecho da negociação com o governo relativa à cessão onerosa. Relatório recente do UBS diz que há possibilidade de uma solução vantajosa tanto para a Petrobrás quanto para o governo nessa negociação. “Nosso cenário base considera que a Petrobrás

receberá US\$ 12 bilhões em barris ou em dinheiro do leilão do excedente da cessão onerosa”, diz o documento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães e Fabiana Holtz

Título: Petrobrás fecha captação externa de US\$ 2 bilhões

A Petrobrás anunciou ontem a captação de US\$ 2 bilhões em títulos no exterior, com vencimento em 1.º de fevereiro de 2029 e rendimento ao investidor de 5,95% ao ano. A demanda dos investidores pelos papéis da empresa chegou a US\$ 10 bilhões, segundo fontes de mercado.

A ida da estatal ao mercado prova o bom humor dos investidores em relação à companhia, que conseguiu melhorar seu custo de captação. O “new premium issue” (NIP) ficou negativo – ou seja, o custo dos títulos novos ficou abaixo dos papéis já emitidos pela companhia e que são negociados entre investidores.

No ano passado, a Petrobrás foi duas vezes ao mercado externo. Também em janeiro, captou US\$ 4 bilhões. Já em setembro emitiu mais US\$ 2 bilhões em bônus, com ordens que chegaram a US\$ 9 bilhões. A emissão fechada na quinta-feira mostra que, em um ano, o custo de captação da petroleira caiu ainda mais. Em janeiro do ano passado, com uma emissão mais curta, com vencimento em 2022, os juros pagos foram de 6,125%.

Registrada na SEC (a CVM norte-americana), a atual emissão conta com a garantia total da Petrobrás. Em comunicado, a empresa informou que sua subsidiária Petrobrás Global Finance pretende usar os recursos da venda do título para a liquidação antecipada de outros títulos que vencem a partir de janeiro de 2019.

A estatal informou ainda que, caso haja recursos remanescentes, serão utilizados para o pré-pagamento de outras dívidas e para fins corporativos gerais. Foram coordenadores da oferta BNP Paribas, Bradesco BBI, Citigroup, Credit Agricole, Itaú BBA e Mizuho Securities.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: MPF impede que Petrobrás desmonte fábrica de fertilizantes em MG

Contenção de perdas. Empresa esperava arrecadar R\$ 19 milhões com venda de equipamentos depois de investir R\$ 650 milhões em projeto de produção de amônia em Uberaba, que fazia parte do PAC; procurador afirma que leilão caracterizaria ‘dano ao erário’

A Petrobrás leiloaria nesta semana os equipamentos que restaram da fábrica de amônia parcialmente construída em Uberaba, no Triângulo Mineiro. Mas, diante da pressão local, foi obrigada a suspender o desmonte da usina. Para o Ministério Público Federal (MPF), o abandono do projeto com a venda isolada dos equipamentos é um “dano ao erário”. Por isso recomendou a suspensão do leilão.

Os equipamentos que vão ser licitados estão avaliados em R\$ 19 milhões, valor muito aquém dos R\$ 650 milhões gastos pela companhia para levantar 35% da fábrica e também da perda contábil de R\$ 585 milhões admitida pela estatal em demonstração contábil.

A fábrica de amônia fazia parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), junto de outras unidades de fertilizantes que estavam sendo construídas pela estatal para atender à crescente demanda do setor agropecuário e reduzir a dependência externa do País. O projeto, no entanto, foi abandonado após a crise financeira da Petrobrás, que passou a concentrar o investimento em seu negócio principal – petróleo e derivados. Esse não foi o único projeto suspenso pela empresa.

Outros, citados na Operação Lava Jato, consumiram bilhões, mas nunca avançaram muito além da terraplenagem e, em seguida, foram retirados do radar de investimento. O caso mais famoso é o do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), que seria instalado em Itaboraí (RJ) para transformar em derivados nobres o petróleo do pré-sal.

Hoje, o terreno está inutilizado e a Petrobrás ainda busca sócios para dar continuidade ao projeto. A perda contabilizada no resultado financeiro de 2014 é de R\$ 21,8 bilhões. Em Pernambuco, outro episódio de superfaturamento e obra suspensa envolveu a segunda fase da Refinaria Abreu e Lima.

A perda foi de R\$ 9,1 bilhões. Duas outras refinarias do tipo premium estavam planejadas para o Nordeste, mas tiveram o projeto suspenso por falta de caixa.

Consórcio.

A obra da fábrica de amônia de Uberaba chegou a ser contratada ao consórcio Toyo Setal Fertilizantes por R\$ 2,1 bilhões, mas, concluído um terço do trabalho, foi suspensa.

Desde então, o terreno e os equipamentos estão abandonados. Na tentativa de reduzir as perdas, a Petrobrás aproveitou parte das máquinas em suas próprias unidades. A outra parte – tanques de armazenamento, tubos e estruturas metálicas prediais – quer leiloar separadamente, no site que mantém para vender equipamentos. Isso, porém, seria contrário aos interesses locais.

“O MPF realizou reunião com representantes da Petrobrás no dia 18 de janeiro, na qual a empresa informou as medidas que vem adotando para minorar os prejuízos gerados pelo cancelamento do projeto”, informou a assessoria de imprensa do Ministério Público. Disse ainda que decidirá até a próxima semana se mantém ou não a recomendação de suspensão do leilão.

Autor da recomendação, o procurador da República Thales Messias Pires Cardoso sustentou, no documento enviado à empresa, que a desistência do projeto é um dano ao erário. Segundo ele, sem um substituto para a estatal, que poderia ficar com todas as máquinas e o terreno, a perspectiva é de que a área fique abandonada.

“Além do investimento feito pela Petrobrás, o município de Uberaba e o Estado de Minas Gerais também tiveram dispêndios, pois doaram uma extensa área para a construção da fábrica, concederam incentivos fiscais, forneceram serviços de terraplenagem e fizeram o licenciamento ambiental do projeto”, informou o MPF. O prefeito de Uberaba, Paulo Piau (PMDB), disse que a usina é essencial para viabilizar a chegada do gás natural, como insumo, à região.

Com isso, espera atrair outras empresas investidoras, que gerariam emprego no Triângulo Mineiro. Procurada, a Petrobrás informou que o leilão dos equipamentos foi adiado para o período de 20 a 22 de fevereiro para que implemente melhorias no seu portal de leilões. A empresa disse também que o preço mínimo de cada equipamento é uma informação confidencial.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Novo leilão do pré-sal

O governo pretende arrecadar, pelo menos, R\$ 1 bilhão em bônus de assinatura com o leilão de 70 blocos de exploração de petróleo. Ontem, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou editais e modelos de contrato da 15ª Rodada de Licitações, prevista para 29 de março, com oferta de blocos nas bacias sedimentares marítimas do Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Campos e Santos, e nas bacias terrestres do Parnaíba e do Paraná, totalizando

95,5 mil km² de área. Os documentos passaram por consulta e audiência públicas em dezembro de 2017.

Conforme a agência, os blocos oferecidos foram selecionados em bacias “de elevado potencial e de novas fronteiras, com o objetivo de ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, aumentar o conhecimento sobre as bacias sedimentares, descentralizar os investimentos exploratórios, desenvolver a indústria petrolífera nacional e fixar empresas nacionais e estrangeiras no país”. O leilão será realizado em duas etapas, uma com os blocos marítimos e outra com os terrestres, cada qual com edital e modelo de contrato próprios.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, o edital mostra ao mercado que agora o país tem um calendário de concessões. “Está se confirmando a política de acelerar a produção do pré-sal com um ou mais leilões por ano. Daqui para a frente, as empresas poderão reservar dinheiro para fazer propostas”, avaliou. Segundo o especialista, os blocos marítimos serão disputados pelas grandes petrolíferas do mundo, como Shell, Total, Repsol, BP e, inclusive, a Petrobras. “Os terrestres interessam mais a empresas de médio porte. Isso vai incentivar as companhias menores a produzir”, afirmou.

Pires também comentou a medida da Petrobras, que ontem anunciou emissão US\$ 2 bilhões em títulos no exterior (“global notes”) com vencimento em 2029 e juros de 5.75% ao ano. “A companhia continua na estratégia correta de alongar a dívida e negociar taxas menores. Isso dá credibilidade. A empresa está no caminho certo”, opinou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Preço da gasolina volta a subir no DF

Os postos do Distrito Federal amanheceram, ontem, com os preços dos combustíveis reajustados mais uma vez. O litro do combustível está sendo vendido por até R\$ 4,44, com pagamento em dinheiro ou cartão de débito, ante R\$ 3,99, em média, na semana passada. Para as vendas pelo cartão de crédito, o valor é de R\$ 4,51. Na última quarta-feira, a Petrobras elevou em 1,4% o preço da gasolina vendida nas refinarias. No dia anterior, a estatal havia anunciado redução de 0,8%. Desde 3 de julho, quando a empresa adotou nova política de preços, a gasolina, nas refinarias, acumula alta de 27,35%.

O aumento nas bombas pegou o brasileiro de surpresa, principalmente por causa do anúncio de redução, na terça-feira. “Quando a Petrobras diminui o preço, a gente não vê diferença na bomba, mas, quando aumenta, o reajuste é automático”, desabafou o advogado Alisson Antônio de Oliveira Silva, que reside no Condomínio Entre Lagos, no Paranoá, e trabalha no Setor de Indústrias Gráficas.

Silva acredita que falta controle dos preços de combustíveis. Para ele, não existe justificativa para os aumentos e não há informação para o consumidor. “A gasolina é muito tributada e, quando precisa de dinheiro para cobrir algum deficit, o governo aumenta o preço dos combustíveis”, avalia.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Daniel Costa, afirmou que redução do preço nas refinarias não significa gasolina e diesel mais baratos nos postos, já que a refinaria é apenas uma das etapas do segmento. Além disso, segundo ele, muitos postos ofereciam descontos temporários, e, depois, retornaram aos valores normais. “O mercado é livre. O empresário é que decide o preço pelo qual vai vender o combustível”, enfatizou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Energias renováveis

Diante das previsões nada otimistas sobre os efeitos do aquecimento global e, consequentemente, do efeito estufa, a sociedade brasileira deve se mobilizar para que o país possa desenvolver, cada vez mais, sua capacidade de produzir energias renováveis, como a solar, eólica, bioenergética e em pequenas centrais hidrelétricas, entre outras. Já passou da hora de o governo, com o setor privado, envidar todos os esforços no desenvolvimento de um programa nacional para o setor, pois, dessa forma, o Brasil criará as condições de se inserir no grupo dos principais participantes desse mercado.

O país deu fundamental passo para se tornar referência na área ao aprovar o processo de adesão à Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena, na sigla em inglês), organismo de abrangência mundial criado para proporcionar assessoramento sobre políticas concretas e facilitar o desenvolvimento e a transferência de tecnologia. Ao se dispor a participar da entidade — que atualmente conta com 152 países-membros e 30 em vias de aprovação —, o Brasil, certamente, tomará a dianteira na produção de energia não fóssil, que tantos males traz ao meio ambiente.

O importante é que, com a decisão de participar da Irena, o país se coloca no centro das discussões mundiais sobre a expansão das chamadas energias verdes, contraponto às energias ditas sujas. Isso é primordial para que o mercado brasileiro prossiga com seu programa de inserção de renováveis em andamento, e que deve merecer todo o apoio governamental, no sentido de incentivar a iniciativa privada a participar, ativamente, no desenvolvimento de uma economia sustentável e preservacionista.

Especialistas como Luiz Augusto Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), chamam a atenção para os benefícios, com a adesão ao Irena, para o crescimento da energia solar na matriz energética nacional.

“Especificamente para a fonte solar fotovoltaica, trata-se de uma enorme oportunidade de mais aprendizado sobre modelos de negócios, regulação e novas estruturas comerciais”.

Inquestionável é que, a cada ano, cresce a participação de energias limpas no mercado, com a rápida mudança dos sistemas tradicionais, por causa de investimentos em novos projetos de geração alternativa que já superaram em capacidade os de combustíveis fósseis. Para exemplificar, em 2016, dos 162 gigawatts (GW) de energias adicionadas ao sistema, 60% vieram de fontes renováveis. Importante ressaltar que os leilões de todas as tecnologias de geração de energias renováveis são mais baratos e devem continuar com preços mais baixos do que os fósseis.

Hoje, o Brasil tem todas as condições de se tornar um dos mais destacados geradores de energia limpa do mundo, o que o colocará na dianteira do desenvolvimento da economia sustentável. O aquecimento global já vem provocando danos consideráveis em todo o planeta. Se medidas concretas como a produção de energias não poluentes não forem colocadas em prática com urgência, a população mundial lamentará as consequências num futuro próximo, e o fim das fontes de energia suja deve ser perseguido sistematicamente.

MME / ASCOM .